




“Sou eu quem cuida”: a pandemia narrada por mulheres atravessadas por um megaempreendimento

ANA LETÍCIA CORDEIRO DE MELO 
Universidade Federal de Alagoas | Maceió, AL, Brasil
ana.melo@ip.ufal.br

SUELY EMÍLIA DE BARROS SANTOS 
Universidade de Pernambuco | Recife, PE, Brasil
suely.emilia@upe.br

CLARISSA DE OLIVEIRA GOMES MARQUES DA CUNHA 
Universidade de Pernambuco | Recife, PE, Brasil
clarissa.marques@upe.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe227185

resumo O presente artigo discute os sentidos que mulheres camponesas, em um território vulnerabilizado pelo megaempreendimento da transposição do rio São Francisco, atribuem à experiência com a pandemia da COVID-19. A pesquisa tem enfoque qualitativo e parte de uma compreensão fenomenológica hermenêutica em diálogo com o ecofeminismo e o feminismo decolonial. Foram utilizadas a cartografia clínica e entrevistas narrativas individuais como modo de inserção no território e escuta das narrativas. Para análise, lançamos mão da Analítica do Sentido, de Dulce Critelli. Pôde-se compreender que a pandemia potencializou diversos processos de vulnerabilização já existentes anteriormente na experiência das mulheres do território, em virtude das obras da transposição, bem como criou novas complexidades.

palavras-chave Mulheres camponesas; Megaempreendimento; pandemia; Corpo-território

“Yo soy la que cuida”: la pandemia narrada por mujeres involucradas en un megaemprendimiento

abstract Este artículo analiza los significados que las mujeres campesinas, en un territorio vulnerable por el megaproyecto de transposición del río São Francisco, atribuyen a su experiencia con la pandemia de COVID-19. La investigación tiene un enfoque cualitativo, y se fundamenta en una comprensión fenomenológica hermenéutica en diálogo con el ecofeminismo y el feminismo decolonial. Se utilizó la cartografía clínica y las entrevistas narrativas individuales como forma de ingresar al territorio y escuchar las narrativas. Para analizarlos utilizamos el Análisis de Significado, de Dulce Critelli. Se podría entender que la pandemia incrementó varios procesos de vulnerabilidad que ya existían en la experiencia de las mujeres en el territorio, debido a las obras de transposición, además de crear nuevas complejidades.

keywords Mujeres campesinas; Megaproyecto; pandemia; Body-territory



Introdução

A pandemia da Covid-19 é a maior emergência sanitária do último século, tendo representado uma série de desafios e incertezas no âmbito da saúde coletiva (Fiocruz, 2022). No Brasil, a conjuntura tornou-se particularmente delicada, haja vista a enorme dificuldade em conter a circulação do vírus e o surgimento de novas variantes. Soma-se a isso, assimetrias que se demonstram entre diferentes modos de experienciar o período pandêmico - e o que dele se desdobra - em virtude das desigualdades estruturais que expõem alguns grupos sociais a circunstâncias de maior vulnerabilidade. Estas desigualdades são de ordem racial, de gênero, de classe, territorial, entre outras, e apresentam-se, na maioria das vezes de modo imbricado, promovendo uma complexa articulação de opressões que precisam ser analisadas sob um ponto de vista interseccional (Akotirene, 2021).

Desse modo, sente-se a necessidade de focalizar a experiência de populações que já sofriam processos de vulnerabilização anteriores àqueles promovidos e potencializados pelo fenômeno sanitário que, embora global, foi vivido de modos específicos. Nesse viés, sobressai-se a experiência das mulheres que enfrentam duplamente o peso das opressões vividas por seus territórios, em virtude dos papéis que lhes são socialmente atribuídos, e das limitações impostas pela opressão de gênero (Federici, 2017). Estas opressões, por sua vez, se intensificam consideravelmente quando nos referimos às mulheres do chamado Sul Global, que vivem sob o jugo colonial-patriarcal (Lugones, 2020).

Nessa direção, estudos demonstram as peculiaridades que a pandemia impôs e segue impondo às vidas das mulheres brasileiras e, de modo mais intenso, às mulheres não-brancas, mais pobres, periféricas, camponesas, e outras que se encontram à margem. Ainda, um relatório desenvolvido pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), revela discrepâncias das dificuldades vivenciadas em função da pandemia, pelas mulheres das Américas, sobretudo latina (Paho, 2021). Dentre essas especificidades, no caso do Brasil, destaca-se a intensificação de diversas violências, expressas no aumento das jornadas de trabalho, sobrecarga física e mental diante do acúmulo de tarefas, restrições sociais, violências sexuais e reprodutivas (Quitans, et al., 2021).

Sob a ótica desta interseccionalidade, refletimos acerca da experiência de mulheres camponesas afetadas pela transposição do rio São Francisco, população alvo deste estudo. A transposição é um megaempreendimento de proporções faraônicas, que insere-se no bojo da atuação da agenda neodesenvolvimentista, de matriz moderno-colonial, sustentada pelo Estado brasileiro nas últimas duas décadas. Esta lógica de atuação entende a capitalização de políticas públicas, a partir da aliança público-privada, e o foco na execução de grandes obras - de infraestrutura, produção energética, extrativismo, e outros - como caminho para a superação de desigualdades e incentivo ao desenvolvimento regional em países do Sul Global. (Guimarães; Marques; Santos, 2021).

Contudo, a literatura vem demonstrando que tais obras costumam provocar grandes intervenções territoriais e injustiças socioambientais por onde passam, alterando modos de vida e produzindo precariedades. A lógica desenvolvimentista que as ampara, argumenta a necessidade de que haja alguns sacrifícios em nome do desenvolvimento e comumente os “sacrificados” são as populações mais vulneráveis, perpetuando a lógica de

expropriação, desterritorialização e exploração socioambiental, comum à narrativa colonial (Porto; Pacheco, 2010; Glass, 2016). Nesse cenário, de modo particular, sofrem as mulheres, que (in)corporam a articulação de opressões impostas pelo sistema colonial-patriarcal aos seus corpos e à natureza (Béltran, 2017).

As mulheres participantes deste estudo inserem-se em um grupo populacional de cerca de 40 famílias camponesas afetadas diretamente pelas obras do eixo leste da transposição, no trecho que atravessa a zona rural do município de Sertânia, no sertão pernambucano. Este grupo, em 2007, com o início das obras, foi desapropriado de suas terras e deslocado compulsoriamente de suas comunidades de origem, para dar passagem ao ramal Agreste da transposição, tendo sido alocadas, posteriormente, juntamente com famílias vindas de distintas comunidades rurais, ou “sítios”, de Sertânia e outros municípios da região, em uma mesma Vila Produtiva Rural (VPR), chamada “VPR-Salão”.

As VPRs fazem parte do programa de reassentamento de populações compulsoriamente deslocadas em função das obras da transposição, elaborado pelo então Ministério da Integração Nacional (Brasil, 2021). Nas vilas, as famílias deslocadas vivem sob o título de “assentadas” e são tuteladas pelo Estado, que é responsável pela descontinuidade de seus modos de reprodução social (Costa; Diniz, 2021). As famílias sobrevivem com uma Verba de Manutenção Temporária (um salário mínimo mensal), que em tese seria oferecida até que fosse possível às famílias voltar a subsistir a partir da agricultura familiar. Na VPR-Salão, esse retorno não ocorreu, em virtude da ausência dos lotes irrigados e de outros subsídios para a manutenção dos modos de vida camponeses.

Em diversas Vilas Produtivas Rurais, construídas no curso da transposição, evidenciam-se más condições de infraestrutura, desvitalização da autonomia, precarização da saúde, e ausência de subsídios para manutenção dos modos de vida camponeses (Domingues, 2016; Nogueira, 2019). Neste contexto, reproduzem-se uma série de negligências governamentais e a persistência da negação de direitos a uma população, que reivindica alternativas às contradições de um megaempreendimento que em tese traria melhorias, sobretudo no que diz respeito à ampliação do acesso à água no sertão, mas que também produziu diversas violências de natureza colonialista em nome do “desenvolvimento” (Guimarães; Marques; Santos, 2021).

Essas contradições se articulam em momentos de crise, como no caso da emergência sanitária da Covid-19, fragilizando essas populações no enfrentamento aos riscos, em especial as mulheres, que tendem a ser as maiores afetadas em contextos de mediação de processos de saúde-doença (Quitans, et al., 2021; Rego; Paula, 2021). Nessa direção, Furtado e Andriolli (2021) sinalizam que mulheres inseridas em territórios afetados por megaempreendimentos estiveram muito mais vulneráveis em relação aos desafios impostos pelo período pandêmico (Furtado; Andriolli, 2021).

Nesse sentido, no caso das mulheres camponesas afetadas pela transposição, estas também encaram vulnerabilidades - históricas, sociais, políticas, econômicas e geográficas - que acometem de modo particular as populações do campo, ao passo que os fatores que compõem iniquidades no acesso à direitos, organizam-se de modo distintos em territórios urbanos e rurais (Dantas et al., 2020). Desse modo, reiteramos a necessidade de refletir sobre a experiência da pandemia para mulheres rurais inseridas no recorte territorial

anunciado, visto que essa população acumula marcadores que se interseccionam de modo as colocarem em posição de desvantagem face aos processos de saúde-doença-cuidado deflagrados no período pandêmico (Rego, Paula, 2021).

Metodologia

Este artigo surge como um recorte de uma pesquisa de iniciação científica, construída a partir de uma inserção e vinculação anterior com o território em questão, no contexto do Programa de Extensão Universitária intitulado “TransVERgente”, que atua de modo colaborativo em três comunidades afetadas pela transposição em Sertânia-PE, desde 2018. Trata-se de um estudo qualitativo, que não pretende mensurar ou correlacionar quantitativamente os fenômenos pesquisados, se interessando pelo sentido que as participantes colaboradoras atribuem às experiências de vida narradas (Minayo, 2017).

Em Bondía (2002), vemos que a experiência é aquilo que nos toca, não de modo genérico ou objetivo, mas sim próprio, específico. Para este autor, a busca pelo saber da experiência não passa pela apreensão de uma mera informação. A informação é o contrário da experiência, é a objetificação de um fato. A experiência, por sua vez, diz da afetação na relação com o que foi vivido. Para se aproximar dela é necessário suspender as premissas e dar tempo e presença para o desvelamento daquilo que o automatismo e a sobrecarga de informação na contemporaneidade ocultam. Benjamin (2012) aponta para a morte da experiência, diante da fabricação da informação e da opinião. A partir de suas contribuições, vemos a narrativa como uma possibilidade de resgate da experiência. No ato de narrar deixamos a nossa marca, de afetações e sentidos, não sendo, portanto, um mero compartilhamento de informações objetivas.

Partimos da Fenomenologia Hermenêutica na compreensão dos fenômenos humanos e das realidades sociais em que eles são desvelados, a partir deles mesmos e não de premissas e representações teóricas anteriores. Esta lente epistemológica em pesquisa nos permite “assumir a verdade como marca humana, a qual é inconstante e insegura; questionar a neutralidade e indicar que o conhecimento está fundado na existência, carrega nossas tradições e enfatiza a experiência.” (Silva; Santos, 2017: 112).

Dessa maneira, construímos pontes dialógicas rumo à matriz metodológica decolonial - em virtude de sua ênfase na experiência, e na discussão crítica e analítica dos sistemas de produção de conhecimento moderno-coloniais, que se propõem universais (Martins; Bazaquen, 2017). Ademais, nos articulamos com ecofeminismo e feminismo decolonial, na medida em que estes interseccionam o colonialismo da natureza e as opressões de gênero e raça (Beltrán, 2017; Lugones, 2014). Vemos a ênfase nas narrativas como um modo de romper com a violência epistêmica operada pela atitude tutelar e representacional da ciência colonialista, ancorada na comprovação de hipóteses e teorias precisas, na direção de deixar que as populações historicamente subalternizadas pela discurso intelectual ocidental possam falar por si mesmas, a partir de seu lugar sócio histórico no mundo (Spivak, 2014).

O método de inserção no território, por sua vez, se deu através da cartografia clínica, que se coloca como uma possibilidade investigativa e interventiva, ao mesmo tempo, sendo aliada na compreensão do tecido social do território pesquisado e no

vislumbramento de possíveis modos de intervir e pesquisar em ação.(Braga; Mosqueira; Morato, 2012). Considerando o contexto da pandemia de Covid-19, que inviabilizou aglomerações durante o período de execução da pesquisa, preferiu-se realizar como instrumento de pesquisa as entrevistas narrativas individuais.

Destacamos que, não tendo interesse em traçar generalizações, trabalhamos com uma “amostra intencional” composta por 5 mulheres, moradoras da Vila Produtiva Rural de Sertânia-PE, sendo solicitado apenas que sejam maiores de idade. Para garantir o anonimato das colaboradoras, foram adotados nomes fictícios, escolhidos por elas, sendo estes: Hera, Águia, Girassol, Fênix e Francisca. As entrevistas, por sua vez, se deram a partir da seguinte questão disparadora: “Como foi para você vivenciar a pandemia sendo uma mulher moradora da Vila Produtiva Rural Salão?”, elaborada no intuito de restringir o campo de experiência que se deseja observar e estimular a elaboração livre deste pela participante colaboradora. É importante dizer que a transcrição das entrevistas se deu de forma literal, da maneira mais fiel possível, na medida em que foram preservadas a todo momento as marcas da oralidade, bem como os regionalismos, presentes nas falas das participantes-colaboradoras, validando os traços singulares dos seus modos de se expressarem através da narrativa oral.

Para registro das narrativas, tanto das participantes-colaboradoras como da experiência da pesquisadora, foram utilizados diários de bordo. Estes serviram como uma alternativa mais ampla de documentação, na medida em que permitem a impressão da experiência da pesquisadora, para além de relatórios descritivos (Silva, et al., 2023). Por fim, na análise das narrativas colhidas, utilizamos o método da Analítica do Sentido, proposto por Critelli (1996), que propõe cinco possibilidades de mostraçõ dos fenômenos, ou “movimentos de realização”. São estes:

Desvelamento – momento de afetabilidade em que o fenômeno é percebido [...];

Revelação – momento de confirmação e conservação pela linguagem do fenômeno que se apresentou [...];

Testemunho - o momento da comunicabilidade, quando o fenômeno desvelado pode ser visto e ouvido por outros [...];

Veracização - mostraçõ da compreensão, reconhecimento do fenômeno manifesto por uma referência [...];

Autenticação - na singularidade de cada ser humano, o que é manifesto tem a possibilidade de se tornar real [...] (Santos, 2016: 49)

Rastros de um descaso planejado: alargando uma ferida aberta

Águia: É, eles [referindo-se ao Ministério] prometeram coisas, aí até agora não cumpriram, né? Tá pra sair o lote irrigado, aí tem hora que não é pra todo mundo. Aí fica aquela questão, aquela agonia, já vem há bastante tempo. Se eu não me engano vai fazer 6 anos... Porque a gente, se adoecer, é preciso se deslocar daqui pra ir pra posto ou se não pra ir pra hospital, tendo um posto aqui, né? Que

podia ser atendido. Vir médico, vir alguma assistência médica pra aí... Aí tá se acabando sem ter médico, sem ter nada, o posto. E também muitas coisas também assim, devagar né? Que tem por aqui. Como tem a questão da água aqui também. Mas assim, eu tiro mais por conta da saúde, que a saúde tá em primeiro lugar, né?

Francisca: Mas, minha fia, você adoce, você tem que arrumar um carro e esperar... Era pra vir um médico, era pra vir uma enfermeira, não era? Porque isso eu sei que podia vir, dali pra aqui dava pra vir.

Hera: Não só pra pandemia, né [se referindo a necessidade de ter um posto de saúde na vila]? Porque realmente nós precisava de um posto. Se você vê... o novo posto que foi inaugurado, não tem condições não. Não é só a gente aqui, muita gente, muita gente. E o pessoal que mora na rua tem mais chance de pegar uma ficha do que a gente que é distante. Aí quando nois chega lá não tem mais. Mesmo que você saia 5, 4 horas da madrugada, não consegue.

Quando Águia narra que “eles” prometeram coisas que não cumpriram, ela se refere ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, responsável pela gestão das obras da transposição do rio São Francisco. No projeto original da vila, inserido no Programa de Reassentamento de Populações da Transposição do rio São Francisco, estavam incluídos equipamentos fundamentais para a manutenção de seus modos de vida e trabalho, e garantia de direitos básicos. Dentre esses equipamentos, destacam-se os lotes irrigados para exercício da agricultura familiar e áreas de criação de animais, posto de saúde e escola (Domingues, 2016; Nogueira, 2019; Silva; Santos, 2020; Brasil, 2021).

A instalação e a gestão das políticas mitigatórias no contexto de desterritorializações provocadas pela transposição, de acordo com a literatura, seria de responsabilidade do âmbito federal. Nessa direção, o programa de medidas mitigatórias deveria “assegurar o acesso das famílias reassentadas aos serviços primários de educação e saúde, assim como assistência técnica rural” (Guimarães; Marques; Santos, 2021: 453). A não garantia dessas medidas produz danos imediatos e longitudinais a essa população, obstaculizando cotidianamente o acesso à direitos e à autonomia no território, precarizando, assim, as condições de produção de saúde.

A partir do trânsito no território e das entrevistas narrativas, foi possível evidenciar que tais dispositivos não foram entregues, ou o foram parcialmente. O posto de saúde da comunidade, do qual só existe a estrutura física, nunca foi instrumentalizado e nunca contou com uma equipe de saúde que o tornasse apto para funcionamento. Desse modo, o que era para ser um equipamento de saúde disponível a essa população segue, desde a entrega da vila, como um prédio abandonado onde se acumula entulho, descartes e marcas da deterioração pela ação do tempo.

Além disso, as narrativas evidenciam as dificuldades de acesso e acessibilidade aos outros dispositivos de saúde, fora da vila. No âmbito da gestão em saúde, a questão do acesso se refere à dificuldade de chegar até o equipamento de saúde, em virtude da localização geográfica e dos horários em que as fichas de atendimento são disponibilizadas.

Já a questão da acessibilidade se explicita no fato de que, ainda que cheguem até um serviço de saúde fora do território, não têm a garantia de atendimento salvaguardada, haja vista a incapacidade logística e operacional do dispositivo de saúde urbano de abarcar todas as necessidades (Pinho, et al., 2020), diante do aumento quantitativo de usuários naquela região, após a construção da Vila.

Embora o acesso e acessibilidade aos dispositivos de saúde seja uma questão em diferentes territórios brasileiros, destacamos que, no caso específico dos moradores da Vila, esta problemática é provocada pela criação de novas territorialidades engendradas pela transposição somada às negligências da gestão federal na entrega funcional do dispositivo de saúde desse novo território. Estes aspectos, em articulação, provocaram a sobrecarga da rede assistencial do município de pequeno porte, e nessa direção, Silva e Gomes (2021) enfatizam a deficiência da rede municipal de saúde de Sertânia de amparar as demandas em saúde do território pesquisado, considerando que este se trata de um território novo, engendrado no contexto do reassentamento de populações. As autoras evidenciam relatos quanto à negação de atendimento ou encaminhamento a famílias moradoras de territórios modificados ou criados pela transposição, que não possuíam cadastro anterior em uma unidade de referência e que constam como área “descoberta” pela rede assistencial.

Sobre a criação de novas territorialidades, Santos (2008) vai nos falar que em nome de execuções tecnológicas, o espaço tende a se reconfigurar de modos cada vez mais artificiais, por demandas alheias ao lugar. Isto se expressa no caso das novas territorialidades produzidas pelos deslocamentos compulsórios e assentamentos no contexto da transposição, cujas águas transpostas, em muitos casos, vêm a beneficiar outras localidades, como centros urbanos próximos, e não os territórios rurais diretamente atravessados e majoritariamente prejudicados (Guimarães; Marques; Santos, 2021).

Considerando a narrativa desenvolvimentista de que são necessários alguns sacrifícios em nome do desenvolvimento, que sustenta uma série de injustiças nesse percurso, Scott (2009) vai nos falar que os megaempreendimentos dessa natureza costumam ocorrer em um contexto de “descaso planejado”. Esta terminologia

[...] reconhece que, mais vezes que não, projetos destas dimensões prejudicam quem reside próximo aos locais destinados para a sua implementação. Detalhe trás detalhe, aparecem ambiguidades múltiplas que, quando cuidadosamente examinadas, criam um padrão de prejuízos maiores para os que são mais fracos, por mais bem organizados e apoiados que estejam (Scott, 2009: 9).

Ainda, compreendemos que as precariedades produzidas no contexto do Programa de Reassentamento de Populações da Transposição do rio São Francisco articulam-se com particularidades sociohistóricas que tornam a população do campo mais vulnerabilizada frente a processos de saúde-doença, em comparação à população urbana. Tais características, geográficas e territoriais, impõem maiores distâncias, dificuldades de acesso e outros aspectos que demandam especificidades à assistência. Tal realidade se

coaduna também com um histórico preterimento dos investimentos destinados às comunidades rurais, ao passo em que o debate sobre atenção em saúde ainda é urbano e etnocêntrico, não sendo sensível às peculiaridades de outros contextos (Brasil, 2013; Dantas et al., 2020).

As diferenças entre o contexto urbano e rural que colocam as condições de saúde da população do campo em posição de desvantagem são consideradas pela Portaria n 2.866, de 2 de dezembro de 2011, que, visando diminuir desigualdades e promover a saúde dessas populações, com base em especificidades territoriais, de gênero, raça/cor e outras, institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (Brasil, 2013). Contudo, aquilo que preconiza a política pública não foi considerado no processo de criação da VPR-Salão.

Refletindo acerca das intersecções entre o fenômeno da transposição do rio São Francisco e da pandemia da Covid-19, evidenciamos que o descaso planejado (Scott, 2009) no contexto de efetivação do Programa de Reassentamento de Populações do eixo leste da transposição, em Sertânia, engendrou processos de vulnerabilização e vulnerabilidade ao território pesquisado, que ressoam adiante, expondo a população da vila a maiores desafios no enfrentamento da pandemia. De acordo com Domingues (2016), os conceitos de “vulnerabilização” e “vulnerabilidade”, vem do mesmo radical, *Vulnus*, que em latim quer dizer “ferida”. O conceito de vulnerabilização designa a produção do dano, o ato em si de produzir a ferida, enquanto vulnerabilidade vai nos dizer do processo de exposição ao risco posterior de ocorrência da ferida. Nessa direção, compreendemos que ambos os processos são identificados no território da Vila .

Dentre esses processos, enfatizamos neste tópico a negação do direito à saúde aos afetados pela transposição, expressa na precarização da assistência no território, o que fragiliza as possibilidades de cuidado em saúde à população da vila, no contexto da pandemia. Essas precarizações repercutem de modo significativo na vida das mulheres participantes-colaboradoras da pesquisa, conforme discutiremos mais adiante, na medida em que são elas que carregam o maior fardo no enfrentamento de processos de saúde-doença-cuidado (Rego; Paula, 2021), estando desamparadas, seja quando cuidadoras, seja quando enfermas.

“Quando eu adoeci eu tava sozinha”: lidando individualmente com um fenômeno coletivo

Hera: Bom, não foi fácil, porque bem no começo da pandemia eu e minha filha pegamos. E como era bem recente, o pessoal tinha muito medo. Até as crianças quando passavam aí gritavam “eita vamo passar bem longe da casa, que a mulher e a filha dele tá com Covid”. Aí nois escutava querendo ou não... o pessoal com medo, né? De transmitir ou de alguém tá e não saber, né? Aí pronto, se ninguém falava com ninguém, aí foi que piorou mais ainda... Foi muito triste pra gente, sentir rejeitada pelo povo... Você vê, que praticamente o pessoal só faltou linchar (nome de seu companheiro) ou vir aqui na minha porta batendo, pra bater na gente, porque queria porque queria que nois dissesse que nois tava, sem nois ter

resultado nenhum ainda. [...] até então o pessoal veio conhecer um ao outro com o tempo, né? Porque a maioria das pessoas não é do mesmo lugar. Cada um vem de um canto. Aí pra poder pegar uma “confiancinha” assim, é complicado. Eu já conhecia [cita alguns nomes] porque a gente veio de um canto só, mas a maioria eu não conhecia... Mas sempre foi assim, cada um no seu canto. Na pandemia, aff... aí que piorou. Parecia que ninguém se conhecia. Foi cada um por si. Como diz o outro, cada um no seu quadrado. O que eu quero esperar, é só daquele lá de cima, né ninguém da terra não... Meu Deus do céu... não podia vir na minha porta, mas não tinha celular? Num tem meu número? “Tá precisando de alguma coisa? Se tiver diga, eu deixo na porteira”. Mas não...Cada um na sua casinha, como sempre foi.

Francisca: Penso eu que se o povo fosse tudo unido, era pra vir um médico, era pra vir uma enfermeira, não era? Por que aqui não organizaram. O povo não quer ajudar uns aos outros, porque era pra ajudar. É ou não é? Era pra ajudar. Se você precisa de uma coisa aqui, eu tô ali você só é dizer: “Teca, vamo fazer uma coisa assim, assado”. Nois junto, nois sabe fazer. Mas uma andorinha sozinha faz verão? Faz não, né?”

Águia: Por conta também que eu tava só, né? Sim, quando eu adoeci, aí eu tava sozinha, né?

Diário de Bordo: Sua fala [se referindo à Hera] denota que sentiu o peso da retaliação e do rechaço, e que antes partia de uma expectativa - posteriormente frustrada - de poder contar com os vizinhos... Lhe escutando, me chega que a tônica de sua narrativa é a concepção de que a comunidade não atravessou a pandemia de modo comunitário.

A partir das narrativas trazidas acima, discutimos outros processos de vulnerabilização e vulnerabilidade do território em questão que se articulam entre si e fragilizam a comunidade, em especial as mulheres, no enfrentamento da pandemia. São eles: a precarização das relações comunitárias, a produção de modos de vida individualizados e a desmobilização política. Para discutirmos tais aspectos, e melhor compreendermos como eles se articulam com o fenômeno da transposição, é importante retomar brevemente o processo de formação da VPR-Salão.

A vila se compõe como uma comunidade artificialmente planejada e construída em prol dos interesses da transposição a partir do alojamento de cerca de 40 famílias vindas de distintas comunidades rurais da região, chamadas de “sítios”, que não possuíam vínculos territoriais anteriores entre si. Refletimos, a partir da narrativa de Hera, que tal cenário produziu um estado de desconfiança entre os moradores, que evidencia-se quando ela diz que “cada um veio de um canto. Aí pra poder pegar uma ‘confiancinha’ assim é complicado”.

Diante disso, vale trazer a as ideias de Giddens (2002), segundo o qual, a confiança se desenvolve em um contexto de compartilhamento de experiências e memórias, se colocando como uma necessidade psicológica, que produz estabilidade e sentimento de segurança nas relações, na medida em que a ausência desse compartilhamento, produz fissuras nas relações comunitárias. Nessa direção, Goffman (2008) discute que tendemos a categorizar pessoas e seus atributos a partir do que temos em comum com elas, o que propicia o vínculo em ambientes já estabelecidos e a imposição de exigências mais rigorosas ao que nos chega como estranho.

De acordo com Costa e Diniz (2021), antes dos deslocamentos compulsórios, as famílias reassentadas viviam como “meeiras” em terras marcadas por fortes vínculos familiares e comunitários e pela gestão comum dos recursos e de reprodução compartilhada da vida social. Compreendemos que as desapropriações, seguidas do reassentamento na vila, impõe uma interrupção nesses modos de vida comunitários e institui a criação de uma comunidade artificialmente construída, formada por pessoas vindas de diferentes lugares, sem vínculos familiares, comunitários ou territoriais anteriores, o que impôs um sentimento de desconfiança que inviabilizou a construção de redes de solidariedade entre os moradores.

Esse cenário se agrava no período pandêmico, produzindo um modo individualizado de lidar com um fenômeno coletivo, que vai na contramão do evidenciado por estudos realizados em diversas comunidades vulnerabilizadas - rurais e urbanas - que demonstraram movimentos de cooperação e solidariedades nesse momento (Moraes; Sieber; Funari, 2021), bem como contraria o cenário de protagonismo em lutas comunitárias assumidas por mulheres impactadas por diferentes tentames colonialistas (Coradin; Oliveira, 2024).

Os modos de vida individualizados na Vila são reforçados pelo formato de construção das moradias, que reproduz uma lógica condominial urbanocentrada, de ordenamento e controle dos modos de ocupação dos espaços. Nessa direção, Santos (2023) critica o modelo de habitação de programas governamentais como o “Minha Casa, Minha Vida”, enquanto uma política colonialista, que padroniza os modos de habitação do lugar, impondo modelos arquitetônicos sem consulta prévia, e promove o escasseamento de espaços de convivência comunitários, como os quintais. Assim, destacamos como fator que corrobora com a dinâmica territorial evidenciada na vila, a precarização dos espaços comuns.

Ademais, outros espaços coletivos construídos, como a praça central e o galpão destinado para a realização de cursos, reuniões e outras atividades, que poderiam ser espaços propícios para a socialização e o estreitamento de vínculos, não recebem manutenção e não foram arquitetonicamente pensados de modo favorável à sua ocupação. A praça, por exemplo, não possui árvores de sombra, o que inviabiliza sua ocupação diante do Sol do Sertão, e os seus equipamentos, sem manutenção, se encontram completamente deteriorados pela ação do tempo.

Para além da existência de modos de vida individualizados na vila, notamos a existência de algumas “rixas” entre alguns moradores. Nessa direção, a articulação política, apesar de sempre necessária como um meio de reivindicação de alternativas e soluções às

precarizações encontradas na vila, sempre se demonstrou um enorme desafio, conforme nos aponta Silva e Santos (2020).

Frente à pandemia, estes processos mitigaram a insurgência de possíveis estratégias coletivas de enfrentamento aos desafios impostos pelo momento. Soma-se, aos processos de individualização já vivenciados anteriormente pela comunidade, a exclusão e a estigmatização que a pandemia trouxe, em função do medo e da falta de informações adequadas que os moradores vivenciavam até aquele momento (Borges, 2021). A narrativa de Hera expressa o seu desapontamento, tristeza, medo e coação, diante do modo com o qual a comunidade lidou com aquele momento e reafirma os prejuízos do ponto de vista psicossociais vividos em virtude do isolamento somado à rejeição da comunidade e a ausência de amparo comunitário para com aqueles que adoeceram nesse período.

Se, por um lado, Hera narra a falta que sentiu da presença e do suporte de seus vizinhos, por outro, Francisca e Girassol narram, conforme segue:

Francisca: Eu também nem na casa de ninguém também eu não ando, né? Eu não saio pra canto nenhum, né? Elas adoeceram, nem lá eu fui. De umas quatro a cinco pessoas adoeceu aqui. Eu quando vim saber, minha fia, já tava quase bom, elas.

Girassol: Ô minha fia, foi ruim porque eu não tinha coisa assim com ninguém, né? As pessoas acho que pode me conhecer, mas eu quase que não conheço ninguém, a não ser minhas parente que mora lá pra cima... eu não gosto de andar não para as casas não.

Diário de Bordo: Seu distanciamento da vizinhança [se referindo a Francisca] se demonstra na pouca informação que ela tem sobre a vivência da pandemia na vila. Não sabe se seus vizinhos adoeceram, escutou boatos sobre alguns, mas não sabe quem são eles. Parece conhecer poucos nomes. Não fez nenhuma visita, e também não recebeu.

A ausência de construções de redes de apoio para o enfrentamento coletivo à pandemia, sentida na pele por Hera, sobressai-se também nas narrativas de Francisca e Girassol. Estas mulheres, sob a perspectiva da sua experiência, revelam o modo individualizado de lidar com o fenômeno sanitário, restritas ao seu âmbito privado, e a pouca apropriação acerca das condições de seus vizinhos, em virtude do medo da contaminação, bem como a pouca comunicação entre os moradores que se acentuou nesse período.

A ausência de redes de apoio se demonstra como uma importante fragilidade psicossocial quando olhamos para o modo como a vila atravessou os desafios da pandemia, mas sobretudo para quem adoeceu nesse período. Para Juliano e Yunes (2014), em um mundo repleto de incertezas, faz-se importante compreender vias de resistência e manutenção da saúde em momentos de crise e pós-crise. Em Pizzinato et al. (2018), vemos que a rede de apoio se apresenta como um sistema de relações de reconhecimento e

valorização estratégica de vínculos, onde a pessoa pode encontrar refúgio e recursos para o enfrentamento de suas condições de vida. Quando composta por família, amigos, vizinhos e instituições da sociedade civil, esta é compreendida como um sistema informal, na medida em que o sistema formal é composto pelas instituições públicas que prestam serviço à sociedade.

No caso da vila, nota-se a ausência desses dois sistemas de amparo, formal e informal, na medida em que a ausência do segundo limita, inclusive, a reivindicação da presença do primeiro. Nesse viés, Santos et al. (2021), realçam como o engajamento comunitário, ou seja, a presença de um sistema informal de apoio demonstrou-se imprescindível em diversas regiões do Brasil, no amparo dos mais vulneráveis e na mitigação de iniquidades diante da ineficiência do poder estatal.

Na direção das repercussões de ser um território vulnerabilizado por um megaempreendimento, enfatizamos a expressão do modo individualizado como a Vila lidou com o fenômeno coletivo da pandemia, retomamos Furtado e Andriolli (2021), que apontam que a introdução de modos de vida individualizados se coloca como um efeito da passagem de um megaempreendimento por um território, e do avanço do capitalismo nessas regiões. Para as autoras, essa repercussão se demonstra na fragilização do comunitário, das redes de apoio, e na imposição de desconfianças entre os indivíduos.

Nesse sentido, a pesquisa evidencia a fragilização dos vínculos comunitários e a individualização dos modos de vida como um processo de vulnerabilização provocado pelo modo como a gestão ministerial responsável pela transposição elaborou e geriu os reassentamentos compulsórios. A imposição de uma dinâmica individualizada e de desconfiança se desdobra posteriormente em vulnerabilidades territoriais que impactam significativamente o atravessamento da pandemia, enquanto fenômeno coletivo, que são potencializadas pelo medo e estigma engendrados no contexto da Covid-19.

Corpos-territórios à beira do desenvolvimento

Fênix: A gente por ser mulher tem a responsabilidade maior, né? Em questão de alguém adoecer e a gente ter que cuidar [...] Da minha parte, assim, eu me senti muito sobrecarregada, em questão dos afazeres, né? Que eu cuidava de três pessoas no caso, né? Minha mãe, minha tia, e lá da minha casa. Aí depois ficou com duas, né? E a batalha sozinha só era eu quem tava enfrentando, né? Foi bastante complicado... Eu me desesperei né?

Águia: Sofreram, principalmente as dona de casa. Porque as dona de casa é pra tudo, né? Cuida de filho, cuida de casa, resolve alguma coisa. Porque, nós mulheres, nós tudo, independente do trabalho. Eu acho que com essa pandemia, sofreram mais...A gente sofremo mais[...] Porque praticamente eu tava só, né?... Sim, quando eu adoeci, eu tava sozinha, né?

Francisca: Eu sou a única responsável por ela de tudo [se referindo à mãe]... tudo, tudo, tudo. Sou eu quem cuida dela, de um tudo. Sou quem cuido da casa, tava

cuidando de uns bichos também... mas não teve condições de eu tomar conta de tudo. Eu não tava aguentando mais não.

Hera: Eu não aguentava fazer nada, até pra beber água eu cansava. Minha menina também não aguentava fazer... Oxe, quem disse que eu aguentei? Aguentei não. Porque tinha que dar de comer a bicho, tinha que aguar as planta... O que eu quero esperar, é só daquele lá de cima, né ninguém da terra não. Porque tem gente muito ruim. Que não vai lhe dar assistência em nada. até então eu vi quem ia estar do meu lado, e quem não tava.

O escasseamento da lógica comunitária em territórios afetados por megaempreendimentos acaba por potencializar a sobrecarga física e emocional que recai sobre as mulheres, sobretudo em contextos de adoecimento (Furtado e Andriolli, 2021). Outras autoras também vão nos alertar que, diante do avanço de um modo de vida marcado por paradigmas neoliberais e coloniais que produz individualismo e desconfiança nos territórios atravessados por megaempreendimentos, são as mulheres as maiores prejudicadas, em virtude de serem sociohistoricamente as encarregadas pelas tarefas de gestão da vida - familiar e comunitária (Barragán, et al., 2020).

Nessa direção, discutimos que, sem a existência de uma rede de apoio comunitário no território da Vila Produtiva Rural Salão, a experiência de atravessar o período pandêmico para as mulheres participantes-colaboradoras deste estudo, foi, sobretudo, solitária e cansativa, como apontam as narrativas. Entendemos que, para além do isolamento social próprio e necessário ao período, essa solidão foi reforçada pelos processos de individualização dos modos de vida, conforme discutido. Tais processos as isolam em seus nichos domésticos e em suas atividades, e, nesse sentido, é necessário também atentar para as especificidades das atividades desempenhadas no meio rural - que envolvem os cuidados com a terra, com plantas em seus quintais, o transporte de água e a criação de animais - e que demandam um esforço físico muito maior, gerando processos de maior exaustão em contextos de adoecimento (Herrera, 2016).

Ademais, esse isolamento enfraquece as possibilidades das mulheres da VPR-Salão compartilharem suas tarefas, suas dores e, sobretudo, de produzirem agência entre elas. A partir de Lugones (2014), compreendemos a agência como a capacidade de liberação de subjetividade ativa que produz emancipação social e se manifesta na ação, expressão e posicionamento das mulheres ante às opressões coloniais de sexo-gênero que as atingem. A ausência de agência, por sua vez, é produzida pelos processos colonizatórios, na medida em que estes impõem sua violência pela produção do não ser, não saber e não poder da expressão do corpo-território (Coradin; Oliveira, 2024) e, por outro lado, os retroalimenta, potencializando os processos de “vulnerabilização” e “vulnerabilidade” por eles engendrados e mitigando as possibilidades de oposição a eles.

Nesse viés, Lugones (2020) também aponta para a retroalimentação desse arranjo, na medida em que a fragilização dos vínculos solidários entre as populações dominadas pelo investimento colonial também fomenta o sistema de gênero colonial/moderno, centrado na divisão sexual do trabalho dentro do contorno da família nuclear.

Ela coloca a necessidade visibilizar que a articulação do sistema de gênero colonial/moderno permeia todos os âmbitos da vida, sendo responsável por produzir a dissolução dos vínculos de solidariedade prática e efetiva entre as vítimas da dominação e exploração colonial.

Nessa direção, Carvajal (2020), em seu feminismo decolonial comunitário, vai apontar a comunidade como matriz de organização da vida social, em contraponto a uma visão focada na família nuclear. O comunitário é constituído de complexidades, complementaridades e reciprocidades que carregam em si potência de produção de autonomia. Desse modo, para a autora, pensar em processos de emancipação e produção de autonomia, para as mulheres, carece necessariamente de um viés comunitário, entendendo que a fragilidade e desvitalização da autonomia da comunidade reflete na fragilidade e perpetuação de opressões às mulheres nesse cenário.

Avançando em nossa discussão, diante dos processos de vulnerabilização e vulnerabilidade encontrados na VPR-Salão e das ressonâncias, que eles produzem aos corpos e cotidianidades das mulheres participantes-colaboradoras do estudo, nos deparamos com a aplicabilidade da noção de corpo-território nesta discussão. Em meio as interseccionalidades que as atravessam face os processos de saúde-doença-cuidado, enfatizamos a importância de considerar o “território” - enquanto categoria analítica - nesta intersecção. Este se coloca como o espaço vivido, de maneira prático-política, onde se articulam múltiplas relações sociais, culturais e políticas, e de disputa de poder, que podem se articular na direção de produção de emancipação ou de perpetuação de violências.

Esta compreensão se desdobra na noção de corpo-território, enquanto uma flexão e ampliação de conceitos pautada pelos movimentos sociais de mulheres indígenas e camponesas latino-americanas, que compreendem que os corpos das mulheres estão profundamente - e mutuamente - ligados aos seus ambientes e modos de vida. Assim também, estão imbricadas às florestas, aos campos, às águas, às cidades e aos coletivos comunitários existentes nos territórios, com os quais constituem territorialidades, enquanto práxis social, apropriação e significação do lugar. (Coradin; Oliveira, 2024).

Nesse sentido, “o território constitui o organismo físico, psicoemocional, mental e espiritual das mulheres [...] Ambos, corpo e território, vivem em profunda relação de codependência ecológica” (Coradin; Oliveira, 2024: 03). Esta relação mútua e ecodependente nos aponta que os territórios determinam profundamente os modos e possibilidades de viver, de sofrer e cuidar, pautando, de modo abrangente, nossas condições de fazer “andar a vida”, ou seja, de produzir saúde. Se os territórios onde essas mulheres habitam são sustentáveis e saudáveis, possuindo condições de produção de autonomia e saúde, isso influencia diretamente na sustentabilidade, autonomia e saúde de seus próprios corpos. Da mesma forma, se esses territórios são violados e vulnerabilizados, seus corpos também são (Coradin; Oliveira, 2024; Coradin; Oliveira, Guevara, 2024; Dantas, et al., 2020).

Sob este prisma, nos voltamos para o contexto de mulheres camponesas que tiveram seu corpo-território atravessado pela transposição. Compreendemos que, na medida que a lógica neodesenvolvimentista de execução de políticas públicas, sustentada

pelo capitalismo ocidentalizado, chega aos territórios, através de grandes empreendimentos, “os conflitos e injustiças socioambientais que permeiam seus processos de implantação e reprodução impactam de diferentes formas múltiplos corpos e territórios.” (Coradin; Oliveira, 2024: 2). Destarte, é no corpo-território das mulheres que se encontram à beira do caminho do desenvolvimento, que se somatizam as ressonâncias das desterritorializações e reterritorializações violentas produzidas nos habitats e modos de vida camponeses.

Assim, retomamos a articulação entre o paradigma neodesenvolvimentista e a narrativa moderno-colonial-patriarcal, pautados por lógicas coloniais de dominação, expropriação e violência (Porto; Pacheco, 2010; Glass, 2016), na medida em que apontamos a incidência desse paradigma, de maneira articulada, sobre a natureza e sobre o corpo feminino, sobretudo de mulheres do Sul Global, de formas semelhantes. A partir da compreensão da existência de um sistema moderno e colonial de mundo, evocamos com base no feminismo decolonial a compreensão da existência de um “sistema moderno-colonial de gênero”. Sem considerar a existência da articulação de um sistema moderno-colonial de gênero, não se pode compreender inteiramente os processos de subjugação impostos às mulheres latino-americanas e não-brancas, na medida em que “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade.” (Lugones, 2020: s/n)

Para as ecofeministas, a articulação entre a colonialidade de gênero e da natureza é uma ressonância das hierarquias dicotomizantes entre natureza/cultura, sujeito/objeto impostas pela narrativa colonial. Dentre essas dicotomias, sob uma ótica biologicista, o feminino está imbricado à ideia de natureza, na medida em que ambos são vistos como estando à disposição, de maneira passiva e inferior, separada da humanidade, podendo ser largamente explorado (Shiva, 2010; Béltran, 2017). Essa associação se expressa também na ideia de que as tarefas de cuidado estão ligadas às mulheres como um devir natural, na medida em que essa responsabilização exclusiva das mulheres pelo cuidado, de forma gratuita e invisibilizada, se colocou como um mecanismo fundamental para os processos de acumulação que permitiu a consolidação do capitalismo (Federici, 2017)

Desse modo, discutimos que o corpo das mulheres, sobretudo racializadas do Sul global, se coloca como “terceira colônia”, juntamente com os Estados colonizados e à natureza. Compreendemos que esta configuração se expressa na elaboração de políticas econômicas e sociais, que não considera a economia de cuidado exercida por essas mulheres para fins de elaboração de políticas econômicas e sociais (Barragán, 2020). Assim, para pensarmos as possibilidades de produção de autonomia das mulheres inseridas no contexto da transposição, diante dos processos de saúde-doença-cuidado que as atravessam, é preciso alçar uma crítica contundente à ideia de desenvolvimento que sustenta a execução de megaempreendimentos, e que articula colonização e patriarcalização, numa complexa e articulada teia de opressões.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, no processo de diálogo com as narrativas e com a literatura, foi possível desvelar a diversidade de fenômenos percebidos na experiência das

mulheres da VPR-Salão face à pandemia. Diante disso, evidenciamos como este fenômeno sanitário, que é global, afetou, de modo específico o território em questão, produzindo diferentes efeitos, que relacionam-se com os processos de vulnerabilização e vulnerabilidades produzidas pelo modelo de gestão do Programa de Reassentamento de Populações da transposição do rio São Francisco. Percebemos, ainda, a urgência de repensar os paradigmas de desenvolvimento em voga - que pautam grandes obras como a transposição do rio São Francisco. A partir disso, é preciso rever a relação colonial e exploratória que tais obras têm estabelecido com a natureza e com as populações que atingem, sobretudo as mulheres, considerando a íntima relação entre seus corpos e os territórios onde vivem, e as interseções entre a colonialidade da natureza e dos corpos femininos.

Esta lógica exploratória produz injustiças socioambientais e precarizações nos territórios que atravessa, atingindo de modo particular mulheres rurais, considerando as relações opressoras de gênero e territoriais que ainda se perpetuam na contemporaneidade. Compreendemos que tais opressões se articulam, sob a mesma égide colonial, e seguem limitando nossas capacidades de sobrevivência e de produção de alternativas coletivas para os nossos desafios a nível socioambiental. Ao passo em que compreendemos que a mesma perspectiva de dominação que explora a natureza se impõe sobre o corpo e trabalho das mulheres, poderemos construir, de modo contundente, alternativas que partam de um olhar ecofeminista e decolonial, rumo à superação das estruturas que nos oprimem e que ameaçam o viver digno dos territórios subalternizados por essas estruturas.

Referências Bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. 2019. *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Pólen.
- BARRAGÁN, Margarita A.; LANG, Miriam.; CHAVES, Dunia M.; SANTILLANA, Alejandra. 2020. “Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento” In *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. 88-122. São Paulo: Editora Elefante.
- BENJAMIN, Walter. 2012. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- BELTRÁN, Elizabeth Peredo. 2017. “Ecofeminismos” In *Alternativas Sistémicas*. La Paz: Fundación Solón, Attac France & Focus on the Global South.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. 2002. “Notas sobre a experiência e o saber da experiência.” *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.
- BORGES, Tyciana Paolilo.; SCHULZ, Renata da Silva; MAGALHÃES, Júlia Barbosa. de; CAMPOS, Luana Moura; ANJOS, Karla Ferraz dos; ROSA, Darci de Oliveira Santos. 2021. “Estigmas relacionados à Covid-19 e sua prevenção”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31, no 1. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312021310103>
- BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães; MOSQUEIRA, Sásheka Meza; MORATO, Henrietti Tognetti Penha. 2012. “Cartografia clínica em plantão psicológico: investigação interventiva num projeto de atenção psicológica em distrito policial.” *Temas em Psicologia*, 20, no 2, 555-570. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2012.2-20>.

- BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. 2021. Projeto de Integração do Rio São Francisco [Brasília]: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Recuperado de: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022./julho/janssen-saiba-qual-e-o-esquema-vacinal-recomendado-para-o-imunizante>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. 2013. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Brasília : Editora do Ministério da Saúde. Recuperado de: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf
- CARVAJAL, Julieta Paredes. 2020. “Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental” *In Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo.
- CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone Santos. 2024. Contribuições do conceito de corpo território e dos feminismos comunitários para pensarmos na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. *Saúde em Debate*. 48, no Especial 1. DOI: 10.1590/2358-28982024E18731P
- CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone; GUEVARA, Maria de los Angeles Arias. 2024. Corpos-territórios e interseccionalidades: contribuições para uma vigilância popular em saúde. *Cien Saude Coletiva*. 29:e03212024. DOI: 10.1590/1413-81232024297.03212024
- COSTA, André Monteiro; DINIZ, Paulo César Oliveira. 2021. Territórios tutelados e processos de vulnerabilização: História social da transposição. In Santos, Suely Emília de Barros; Costa, André Monteiro.; Gomes, Wanessa. da Silva.; Marques, Clarissa. Diniz, Paulo César Oliveira (eds.). *TransVERgente: O desafio de ver além do megaempreendimento da Transposição do São Francisco*. (pp. 13-31). Dialética.
- CRITELLI, Dulce Maria. 1996. *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: Educ/ Brasiliense.
- DANTAS, Cândida Maria Bezerra.; DIMENSTEIN, Magda., LEITE, Jáder Ferreira., MACEDO, João Paulo; BELARMINO, Vitor Hugo. 2020. “Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: cuidado integral às populações do campo.” *Athenea Digital*. Revista de pensamiento e investigación social. 20, no 1, <https://atheneadigital.net/article/view/v20-1-dantas-dimenstein-leite-et-al>.
- DOMINGUES, Renata Cordeiro. 2016. *A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco: o desterro na vila Produtiva Rural Baixio dos grandes (Junco)*. Dissertação (Mestrado) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife. Recuperado de: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/33548/2018domigues-rc.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.
- FEDERICI, Silvia. 2017. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. 2022. “Covid-19 - Balanço de dois anos da emergência de saúde pública de importância internacional e nacional.” *Observatório*

- Covid-19/FIOCRUZ*. Recuperado de: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2boletim_covid_2022-balanco_2_anos_pandemia-redb.pdf
- FURTADO, Fabrina Pontes; ANDRIOLLI, Carmen. (2021). “Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências”. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 29, no 1, 66-93. 10.36920/esav29n1
- GLASS, Verena. 2016. “O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: a história de Belo Monte.” In *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. 88-122. São Paulo: Editora Elefante.
- GIDDENS, Anthony. 2002. *As consequências da modernidade*. (1a ed). Editora UNESP. (obra original publicada em 1990).
- GUIMARÃES, Ana Gabrielle Alves.; MARQUES, Clarissa; SANTOS, Suely Emília de Barros. 2021. “Transposição do rio são francisco: o padrão desenvolvimentista através de megaempreendimentos e seus consequentes deslocamentos forçados.” *Revista Científica do Centro Universitário do Rio São Francisco*.15, no 30. Recuperado de: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/79>.
- GOFFMAN, Erving. 2008. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC. (obra original publicada em 1963)
- HERRERA, Karolyna Marin. 2016. “Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care.” *Política & Sociedade*. 15. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>.
- JULIANO, Maria Cristina Carvalho.; YUNES, Maria Ângela Mattar. 2014. “Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência.” *Ambiente & Sociedade [online]*. 17, no 3, 135-154. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>
- LUGONES, Maria. 2020. “Colonialidade e gênero”. In *Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo.
- LUGONES, Maria. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Rev Estud Fem.* ;22(3): 935-952. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>
- MARTINS, Paulo Henrique., BENZAQUEN, Júlio Figueiredo. 2017. “Uma proposta de matriz metodológica para os estudos decoloniais.” *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*. 2, no 11, 10-31. Recuperado de: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/1882>
- MINAYO, Maria; Cecília Souza (2017). “Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade” *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. 17, 621-626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.
- MORAES, Lorena de Lima., SIEBER, Shana Sampaio., FUNARI, Juliana Nascimento. 2020. “Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de covid-19”. *Inter-legere*. 3, no 28. <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21574>
- NOGUEIRA, Verena Sevá. 2019. De sitiantes a moradores de vila: o projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro e as novas

- territorialidades. *Novos Cadernos NAEA*, 22(3). 97-120.
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7145/5806>.
- PAHO. 2021. *Gendered Health Analysis: Covid-19 in the Americas. General Publications. Publicaciones Generales*. Recuperado de: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55432>
- PINHO, et al., “Acesso e acessibilidade na atenção primária à saúde no Brasil”. *Enferm. Foco* vol. 11, n. 2, p. 168-175. DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2020.v11.n2.3449>
- PIZZINATO, Adolfo; HAMANN, Cristiano; MACHADO, Rodrigo de Oliveira; STREY, Marlene Neves. 2015. “Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres.” *Fractal: Revista de Psicologia*, 27, no 3, 247-255.
<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/148>
- PORTO, Marcelo Firpo.; PACHECO, Tania. Conflicts and environmental justice in health in brazil. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, v. 3, n. 4, p. 26-37, 14 nov. 2010.
 Disponível em:
 <<https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/742>>. Acesso em: 15 set. 2023
- QUITANS, Mariana Trotta; CAMILO, Walquiria.; RIBEIRO, Maria Eugenia. Siqueira de Mello; COELHO, Amanda Jorge. 2021. “Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres no contexto brasileiro : sob a perspectiva de raça, classe e gênero.” *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*. 7, no 2, 287–308.
 10.26512/insurgencia.v8i2.38578.
- REGO, Julyana Macedo; PAULA, Helga Maria Martins de. 2021. “Covid-19, mulheres rurais e abandono”. *Rev. Antígona*, 1, no 2. Recuperado de: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/12582>.
- SCOTT, Parry. 2009. *Negociações e resistências persistentes: Agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Ed. Universitária da UFPE. <https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/livro+negociacoes++resistencia.pdf/7809bece-6da6-4e70-b92e-397ebc398e1d>.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023
- SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos.; MACIEL, Fernanda Beatriz Melo.; MARTINS, Poliana Cardoso.; SANTOS, Adriano Maia dos.; PRADO, Níliá Maria de Brito Lima. 2021. “A voz das comunidades no enfrentamento da Covid-19: proposições para redução das iniquidades em saúde.” *Saúde debate*, 45, no 130, 763-777.
 10.1590/0103-1104202113015
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. 5 ed. São Paulo, SP: EdUSP, 2008.
- SANTOS, Suely Emília de Barros 2016. *'Olha!. Arru(a)ção !...'* *A ação clínica no viver cotidiano: conversação com a fenomenologia existencial*. [Tese de Doutorado não - publicada] Universidade Católica de Pernambuco. Recuperado de: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1503>
- SHIVA, Vandana. 2010. *Abraçar la vida: mujer, ecologia y supervivencia*. Horas y horas.
- SILVA, Ellen Fernanda Gomes da; SANTOS, Suely Emilia De Barros. 2017. “Fenomenologia existencial como caminho para pesquisa qualitativa em psicologia”.

Rev. Nufen, 9 n. 3, 110-126.

<http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol09.n03artigo17>.

SILVA, da Gabriel.; SANTOS, Suely Emília de Barros. (2020). “Grito da Terra”: Narrativas acerca do fenômeno da desapropriação na transposição do Velho Chico. *Revista Conexão UEPG*, (16), 01-23.

SILVA, Maria Leticia Pereira da.; SANTOS, Giselle Oliveira.; Santos, Suely Emilia de Barros. 2023. “Direito à Saúde: Conversação sobre a Práxis Multiprofissional nos Territórios do CAPS e do NASF”. *Revista Psicologia e Saúde*, 14, n. 4, 43–56. <http://doi.org/10.20435/pssa.v14i4.2122>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2014. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

sobre as autoras

Ana Letícia Cordeiro de Melo

Psicóloga Clínica, graduada pela Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI), da Universidade Federal de Alagoas, vinculada à linha de pesquisa "Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas". É também membro do Laboratório de Ação Clínica e Saúde - LACS/UPE, onde realizou atividades de pesquisa e extensão junto à Populações Camponesas afetadas pela Transposição do rio São Francisco e Comunidades Quilombolas do Agreste Meridional Pernambucano.

Suely Emília de Barros Santos

Doutora e Mestra em Psicologia Clínica Universidade de Pernambuco (UNICAP). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE), com atuação nos Programas de Pós-Graduação Psicologia Práticas e Inovação em Saúde Mental (PRISMAL), e Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPSDS), na graduação em Psicologia, na residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Agroecologia, e na residência Multiprofissional em Saúde Mental. Realiza pesquisas e projetos de extensão na área da saúde mental e ação clínica social no viver cotidiano com ênfase na garantia de direitos de povos da terra e povos e comunidades tradicionais no Agreste e Sertão pernambucano, num diálogo com o pensamento decolonial, a fenomenologia, questões étnico-raciais, a

educação popular, a saúde a psicologia social, além de pensar acerca da formação em saúde.

Clarissa de Oliveira Gomes Marques da Cunha

Pós-Doutorado na The New School for Social Research, doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2012). Professora da Universidade de Pernambuco (UPE), do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS/UPE) e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Damas (PPGD-ARIC-FADIC). Advogada. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos e Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente e desenvolvimento, meio ambiente e saúde, identidade cultural, povos e comunidades tradicionais.

Autoria: As autoras são responsáveis pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Recebido em 19/07/2024.

Aprovado para publicação em 29/09/2024.